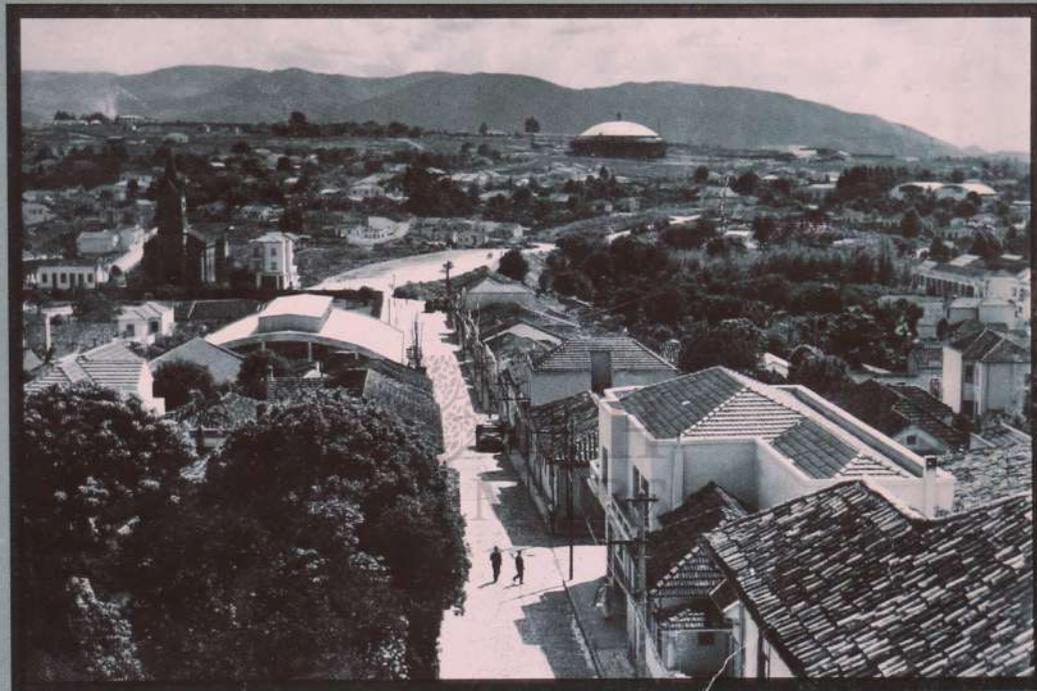


Série Memórias
Volume 2



Lugares
JUNDIAÍ

Lugares



Prefeitura do Município de Jundiá
Prefeito Miguel Haddad

Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente
Secretário Francisco José Carbonari

Sumário

1. Apresentação	7
2. Localizando os lugares	13
3. Lugares	17
3.1. Praça da Bandeira	19
3.2. Escadão / Esplanada Monte Castelo	22
3.3. Ponte Torta	26
3.4. Quartel	30
3.5. Grupo Escolar Cel. Siqueira de Moraes / Biblioteca Municipal Nelson F. Guimarães	33
3.6. Obeliscos	36
3.7. Gabinete de Leitura Ruy Barbosa	39
3.8. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro	41
3.9. Bolão / Ginásio Municipal de Esportes Dr. Nicolino de Lucca	46
3.10. Polytheama	49
3.11. Viaduto São João Batista	55
3.12. Grupo Escolar Conde do Parnahyba	59
3.13. Solar do Barão / Museu Histórico e Cultural de Jundiá	62
3.14. Estação Ferroviária / Companhia Paulista de Estradas de Ferro	66
4. Indicações bibliográficas	71



“Vendo aquelas casas, aquelas igrejas, de surpresa em surpresa, a gente como que se encontra, fica contente, feliz, e se lembra das coisas esquecidas, de coisas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós”

(Lúcio Costa citado por Segawa, Hugo. *Arquiteturas do Brasil*.

São Paulo: Edusp, 1997, p. 11)

1. Apresentação

Foi há muito tempo, num lugar distante. Um rei andava triste e ninguém sabia muito bem por que. Em meio à tristeza, ele chamou o seu “real” cozinheiro e sentenciou:

- Quero que me faças um ‘omelete’ de amoras tão bom quanto aquele que eu comia em casa de minha avó, quando menino. Se conseguires, dar-te-ei tudo o que desejas. Se falhares, serás condenado à morte.

O cozinheiro, embora pressentindo seu destino final, passou a procurar a melhor receita possível para a tal torta - ou “omelete”, como dizia o rei - de amoras. Selecionou as melhores frutas e os melhores ingredientes e pôs-se a preparar o doce. Todo o palácio se encheu do perfume que vinha de sua cozinha.

Quando o omelete de amoras ficou pronto, o cozinheiro foi servi-lo ao rei. E o fez com tanto esmero e luxo que todos ao redor se admiraram. Entretanto, ao prová-lo, o rei manteve a mesma feição triste que já o caracterizava há algum tempo e disse:

- Não há nada aqui semelhante àquele doce da minha infância. Tu serás executado.

Mesmo respeitando a sentença do rei, o cozinheiro suplicou por um último desejo. Queria falar-lhe. Como os pedidos de um moribundo não devem ser negados, o rei permitiu e o cozinheiro, já pronto para a execução, lhe disse:

- Caro rei, fiz tudo o que podia para agradar-lhe. Colhi as melhores amoras e seleccionei os melhores ingredientes. Empenhei-me mais neste simples doce do que em todos os banquetes que aqui já preparei. Contudo, o que desejavas não era uma torta de amoras e sim o retorno ao menino que um dia fostes. Sendo um simples cozinheiro, não posso recuperar o sabor de sua infância. Por melhor que fosse minha torta, ela jamais seria igual a de sua avó, bem como tu já não és mais o mesmo. Peço desculpas, mas ninguém poderá fazê-lo.

O rei, compreendendo o que aquele humilde cozinheiro sabiamente dizia, suspendeu imediatamente a sentença, deu-lhe tudo o que desejava e, vez por outra, passou a sorrir quanto se lembrava do tempo de criança¹.

Este conto carrega várias “lições”: em primeiro lugar, indica que o tempo é um imperativo sobre nós e a história, em síntese, se faz do movimento dos homens ao longo dele. Em segundo lugar, o conto mostra que o tempo presente é carregado de saudade e que, vez por outra, dobra-se sobre si

¹. Conto pertencente ao conjunto de histórias da tradição oral, transmitido ao longo de gerações.

mesmo procurando aquilo que um dia foi. Finalmente, aponta para o fato de que, embora não seja possível - nem desejável - cristalizar o passado, podemos recuperar alguns de seus fragmentos, ainda que parcialmente.

É preciso considerar, contudo, que a experiência presente não se faz apenas de saudade. Os esforços pela preservação de suportes físico-espaciais da memória urbana não devem ser encarados como necessariamente conservadores e tendencialmente imobilistas. Tivesse permanecido na floresta e o menino de nossa história jamais teria se tornado rei. A recuperação da memória, pelo contrário, implica no reconhecimento da constante emergência do novo que, todavia, só se faz identificar pela comparação, só ganha significados quando relacionado àquilo que o antecedeu. Nesse sentido, a preservação de diferentes suportes da memória é importante tanto por ser registro sistemático - ainda que parcial, selecionado e construído - quanto por oferecer parâmetros para a compreensão do que somos e de como chegamos aqui. Em síntese, a preservação da memória e seus registros implica no reconhecimento de nossa própria temporalidade, envolvendo não apenas as dimensões do passado e do presente como também a dimensão do futuro.

Neste segundo volume da série *Memórias*, a Prefeitura do Município de Jundiaí, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, dá continuidade ao esforço de recuperação da história da cidade de Jundiaí e de seus habitantes. No primeiro volume, registramos através de fotos comparativas as mudanças pelas quais passaram as ruas Barão de Jundiaí e Rosário bem como as praças que se localizam nessa região.

Neste segundo volume, selecionamos "lugares", pontos específicos da cidade cuja relevância histórica, artística e social não pode ser esquecida. Muitos outros existem e poderiam ter sido selecionados. O leitor não encontrará aqui, por exemplo, lugares do trabalho, tão fundamentais para a compreensão da história econômica do município e de seus trabalhadores, que serão objeto de um volume específico. Diante de tantas possibilidades, da complexidade e da extensão do trabalho de pesquisa, a preparação destas publicações acaba por exigir recortes sem os quais as mesmas tornar-se-iam inviáveis. Mesmo o trabalho de datação das imagens tem sido difícil e, por várias vezes, baseado

nas lembranças e conhecimentos da própria equipe desta secretaria. Algumas fotos apresentam uma datação apenas provável. Da mesma forma, nem sempre foi possível identificar o nome dos fotógrafos cujos trabalhos aparecem nesta publicação. Só pudemos fazê-lo em alguns momentos e para evitar um tratamento diferenciado - e considerando-se que as fotos fazem parte de um acervo público - optamos por não nomeá-los. Por este motivo, o leitor que, ao percorrer estas imagens, seja capaz de identificá-las com maior precisão, pode contribuir com sua informação para a melhor preservação dessas memórias que são de todos nós.

Sobre os lugares aqui registrados, além das fotos, elaboramos pequenos textos explicativos e apresentamos alguns documentos com o objetivo de dotar-lhes de sentido, ou seja, de indicar tanto as escolhas que levaram a sua preservação quanto aquilo que, sobre eles, foi sendo esquecido ao longo do processo de construção e reconstrução constante do passado.

Com este trabalho, esta secretaria indica que o planejamento envolve dimensões do tempo: o tempo futuro, na busca de uma cidade cujo crescimento se faça da melhor forma possível, tendo como meta a qualidade de vida dos cidadãos; mas também o tempo passado do qual somos herdeiros; tempo carregado de saudade e de significados que nos são absolutamente presentes.

Francisco José Carbonari
Secretário Municipal de Planejamento e Meio Ambiente

Maria Angela Borges Salvadori
Assessora Técnica da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente

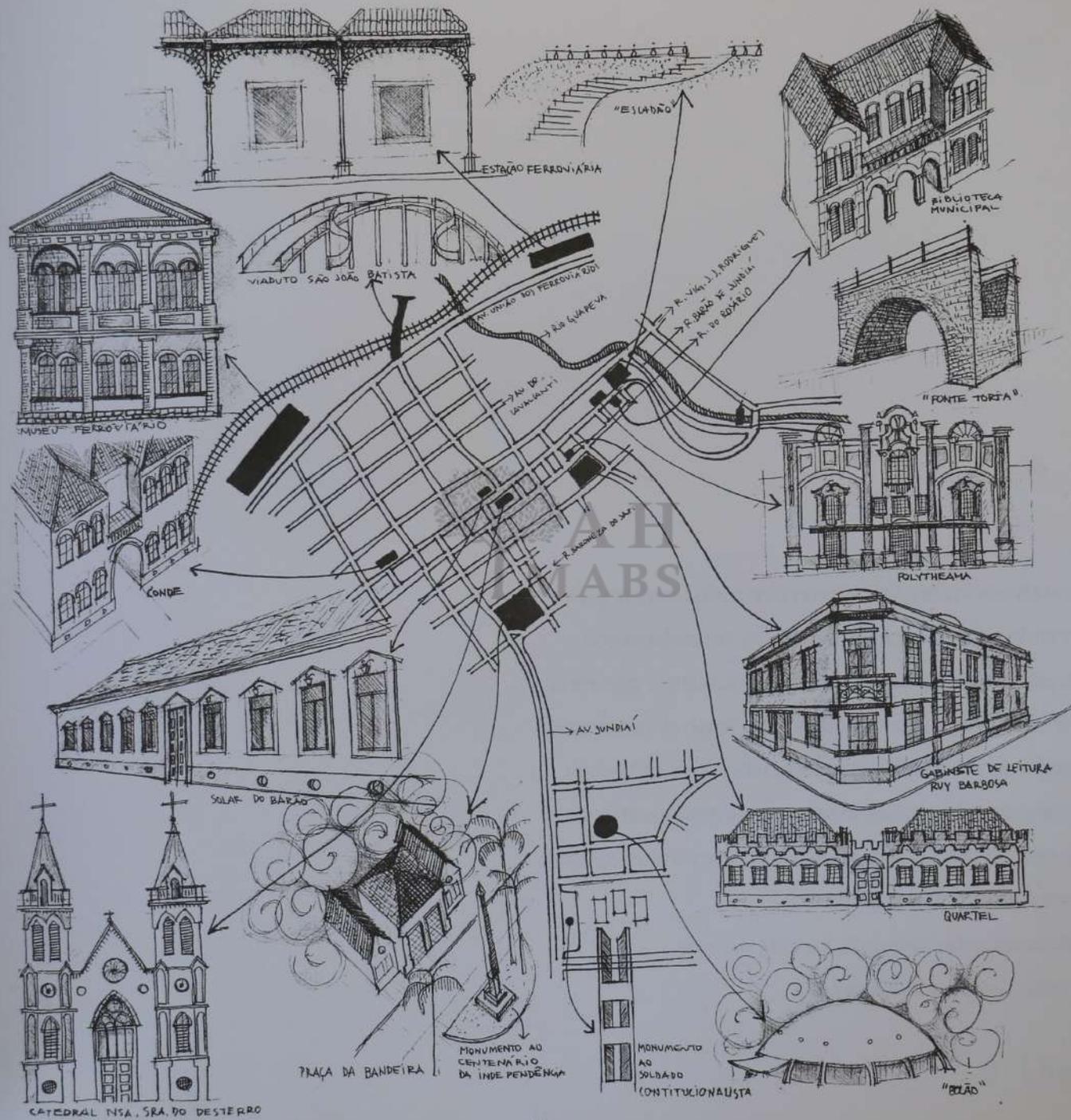


*“Não há memória coletiva que não se desenvolva
num quadro espacial.”*

(Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*.

São Paulo: Vértice, 1990, p. 143)

2. Localizando os lugares





"O processo de modernização, ao mesmo tempo em que nos explora e nos atormenta, nos impele a apreender e enfrentar o mundo que a modernização constrói e a lutar por torná-lo o nosso mundo. Creio que nós e aqueles que virão depois de nós continuarão lutando para fazer com que nos sintamos em casa neste mundo, mesmo que os lares que construímos, a rua moderna, o espírito moderno continuem a desmanchar no ar."

(Berman, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar.*

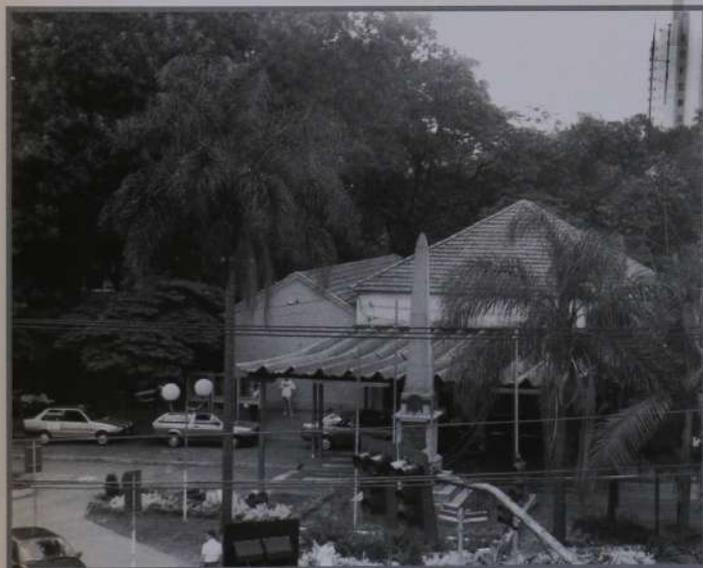
São Paulo: Cia das Letras, 1986, p. 330)

3. Lugares

Praça da Bandeira



Antigo Largo de Santa Cruz, século XIX. Desenho de Geraldo Tomanik, 1965.



Vista da atual Praça da Bandeira, 1999.

O antigo Largo do Rocio, mais tarde Largo de Santa Cruz e, finalmente, Praça da Bandeira, teve diferentes ocupações ao longo da história da cidade. Nos séculos XVII e XVIII, ainda com seu primeiro nome, era ponto de parada para abastecimento de tropeiros e bandeirantes que partiam em direção ao interior. Foi no século XIX, com a construção da primeira Igreja de Santa Cruz, em taipa de pilão, que a região mudou de nome. Sobre aquele período, o raro depoimento de uma ex-escrava, publicado originalmente em 1929, revela:

*“... fomos encontrar Tia Custódia, na sua casinha, lá no Largo Santa Cruz... Contou-nos cousas interessantes e tristes ao mesmo tempo, daquela epocha em, ‘por um nadica’ - no seu dizer - o soluço do pobre captivo era abafado pela voz potente e sonora do chicote implacavel, brandido pela mão do feitor feroz...
... - Nhonô, não ouviu falar no Largo da Forca? Pois era alli mesmo ao lado da Egreja. Me lembro que o primeiro que extreou foi um preto de nome Cremente. Foi injustamente por causa de um tal Gonçalo, que era munto puchadô de Sinhô. O causo foi assim: o Sinhô tinha uma negrinha do porte já de casá e um bello dia ella pareceu em vesp’ra de se mãe. Sinhô fico brabo e quiz saber quem foi o autó. Nois tudo sabia que tinha sido o Gonçalo, mais tanto elle feiz, que ponou a curpa no povre do Cremente, que assim pagou o pato. A negrada tuda assistiu p’ra exemprá nóis. Quando chegou, Nhonhô, o treze de maio, num é bão alembra. Debaixo daquellas duas arves alli no Largo de Santa Cruz, nós sambemo treis dia sem pará e mais sambava se não fosse a pulicia mandá prá...”*
(Revista *Sultana*. Jundiáhy, 24 de fevereiro de 1929, número 6.)

Praça da Bandeira

Nos anos 30, esta região passou por um intenso processo de mudanças. Além da demolição da antiga igreja, em 1935, outras reformas foram feitas. O jardim, ainda hoje existente, foi implantado na década de 50, dentro do programa de reformas urbanas planejado pelo arquiteto Vasco Antônio Venchiarutti, então prefeito do município. Nas dependências onde hoje estão instalados os guichês das empresas de transporte rodoviário, àquela época, funcionava um parque infantil.



Detalhe do Parque Infantil da Praça da Bandeira, anos 50/60.



Vista geral da Praça da Bandeira, provavelmente entre os anos 50 e 60. Ao centro, obelisco comemorativo do Centenário da Independência.

Praça da Bandeira

A partir da década de 1970, um novo processo de reformas alterou o cenário da Praça da Bandeira e seu entorno, com a construção da Avenida Nove de Julho. A foto desta página, contudo, mostra também a permanência das figueiras centenárias sob as quais Tia Custódia e outros ex-escravos dançaram.

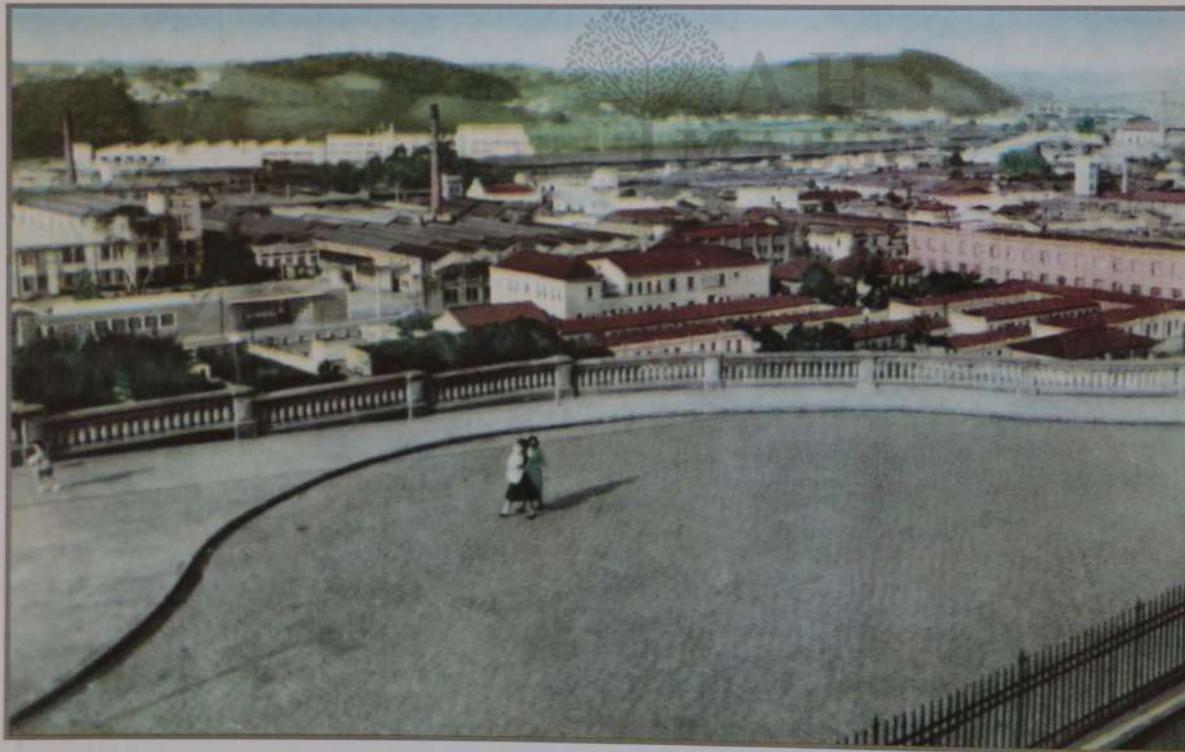


Vista parcial da cidade de Jundiaí. Ao centro, a Praça da Bandeira, década de 1970.

Escadão / Esplanada Monte Castelo

O “escadão” foi construído em 1917. O objetivo era o de ligar as ruas Vigário J. J. Rodrigues e Barão de Jundiá, facilitando a vida da população em geral e, principalmente, dos alunos que moravam no bairro da Vila Arens e estudavam no antigo “Grupo Escolar Siqueira de Morais”, hoje Biblioteca Municipal Nelson Foot Guimarães.

Após a Segunda Guerra Mundial, o nome oficial do local passou a ser “Esplanada Monte Castelo”, em homenagem aos soldados brasileiros que lutaram em território italiano. A região de Monte Castelo, nos Alpes, foi o lugar dos mais intensos conflitos nos quais os pracinhas estiveram envolvidos².



Vista parcial da cidade. Em primeiro plano, a Esplanada Monte Castelo, em linguagem de cartão postal, provavelmente nos anos 50.

². Duas forças foram enviadas para a Itália durante a Segunda Guerra Mundial: a Força Aérea Brasileira (FAB) e a Força Expedicionária (FEB), num total de 25.334 homens.

Escadão / Esplanada Monte Castelo

Do “morro do grupo”, como era popularmente conhecida aquela região, tem-se ainda hoje uma vista panorâmica parcial da cidade, em seu vetor sul. Particularmente, pode-se ver o bairro da Vila Arens.



Vista parcial da cidade, a partir do escadão em direção à Vila Arens, 1959/1960.



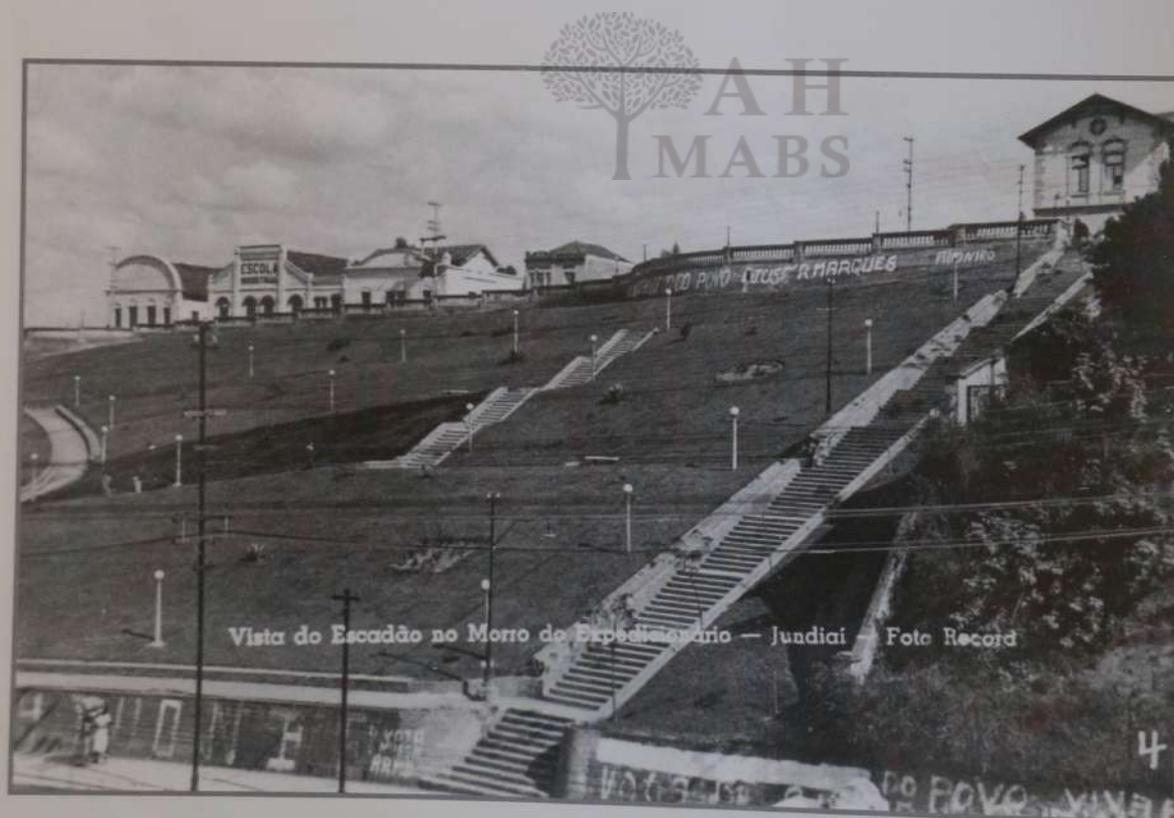
O mesmo ângulo da foto anterior, 1999.

Escadão / Esplanada Monte Castelo

No início do século, existiam propostas para a construção de um mirante na região do escadão. A revista *Sultana* publicava, em 1928, um artigo que, irônico e bem humorado, comentava essas propostas:

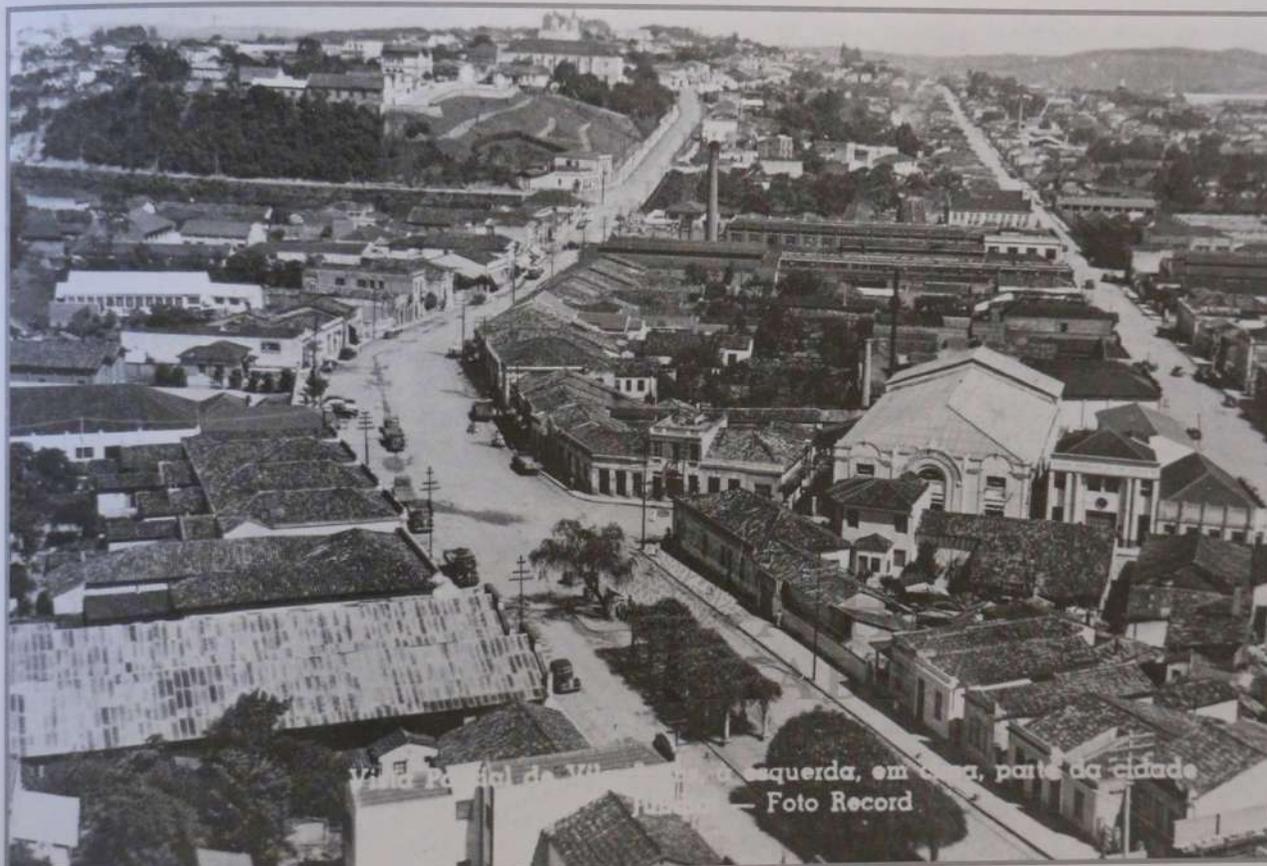
“Às muitas idéias aventadas para o embelezamento do Morro do Grupo, nós pedimos permissão para apresentar a nossa. É intendo da actual Câmara construir naquele local um mirante, dada a optima situação topographica do terreno. Estamos de pleno acordo com esse pensamento. Vamos porém apresentar uma emenda ao projeto. Com a construção do mirante aquelle local forçosamente tornar-se-á procuradíssimo pelo nosso povo, que allí irá em busca de recreação para os olhos. Podia-se porém, criar novas recreações e entre ellas a que aqui vamos deixar registrada. A nossa edilidade devia mandar construir no extremo do morro um grande trampolim, retirar as lâmpadas vermelhas e claras que lá estão a indicar perigo e construir ao lado do trampolim um bar e installar mezinhas onde se possa tomar uma cerveja; isto feito, mandar colocar na rua Barão de Jundiahy, esquina da rua Cândido Rodrigues, um grande cartaz, com a seguinte legenda: - velocidade mínima: 100 km/h - e depois disso a gente ia socegradamente assistir o ‘salto da morte’, tomando comodamente uma cerveja.”

(Citado por Figueiredo, Casimiro Brites. *Sultana*, revista mensal, literária, crítica, humorística e ilustrada. Jundiahy: s/ ed., 1928, anno I, nº 2)



Vista do escadão a partir da rua Vigário João José Rodrigues, provavelmente no início dos anos 60. Ao fundo, à esquerda, a Escola Industrial e, à direita, o prédio do Grupo Escolar Siqueira de Morais.

Escadão / Esplanada Monte Castelo



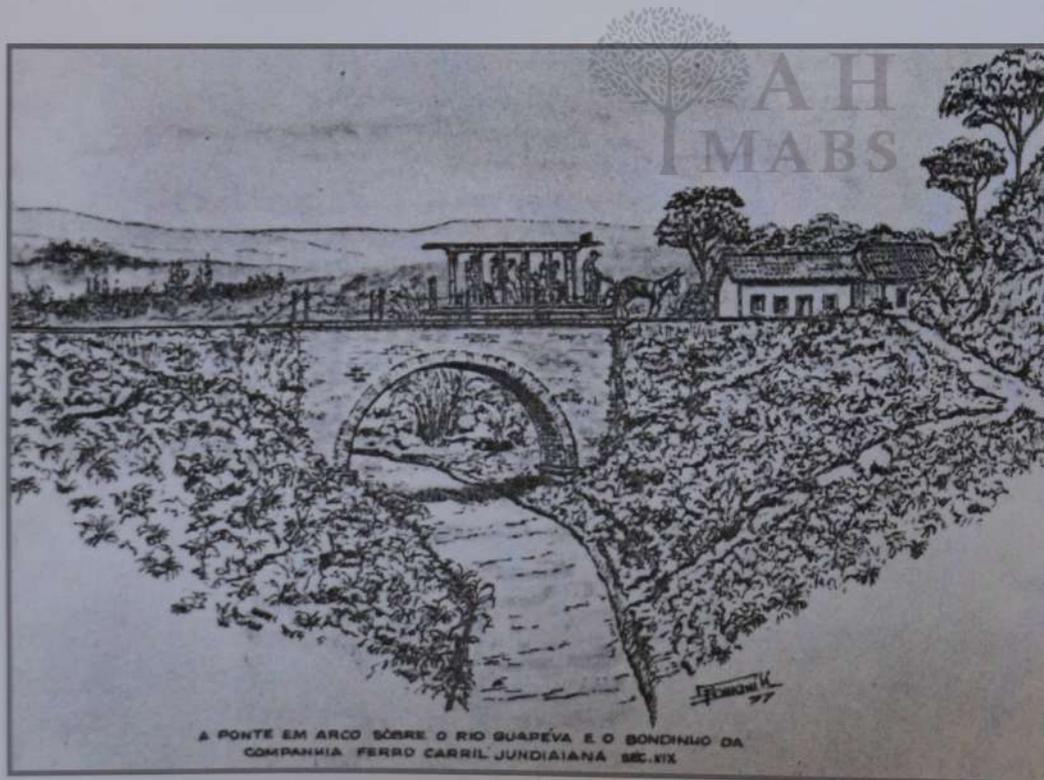
Vista parcial da cidade, do bairro da Vila Arens em direção ao centro da cidade. Ao fundo, à esquerda, o morro do escadão, a Escola Industrial, o "chalet" do Grupo Escolar Siqueira de Moraes e a lateral do cine-teatro Polytheama. As duas ruas mais largas, da esquerda para a direita, são a Vigário J.J. Rodrigues e a Doutor Cavalcanti, respectivamente. Provavelmente, década de 1940.



Vista parcial da cidade. Em primeiro plano, o morro do escadão e, ao fundo, o bairro da Vila Arens, anos 50/60.

Ponte Torta

A ponte em arco construída sobre o rio Guapeva, no atual bairro do Vianelo, servia para a ligação entre o centro da cidade e a estação ferroviária, no bairro da Vila Arens. Embora seja difícil precisar a data de sua construção, sabe-se que ela existe desde os finais do século passado, quando médias e grandes cidades passaram a contar com o sistema de carris urbanos. Àquela época, o transporte de passageiros era feito por bondes movidos à tração animal.



Bondinho da Companhia Ferro Carril Jundiaiana sobre a Ponte Torta, século XIX. Desenho de Geraldo Tomanik, 1977.

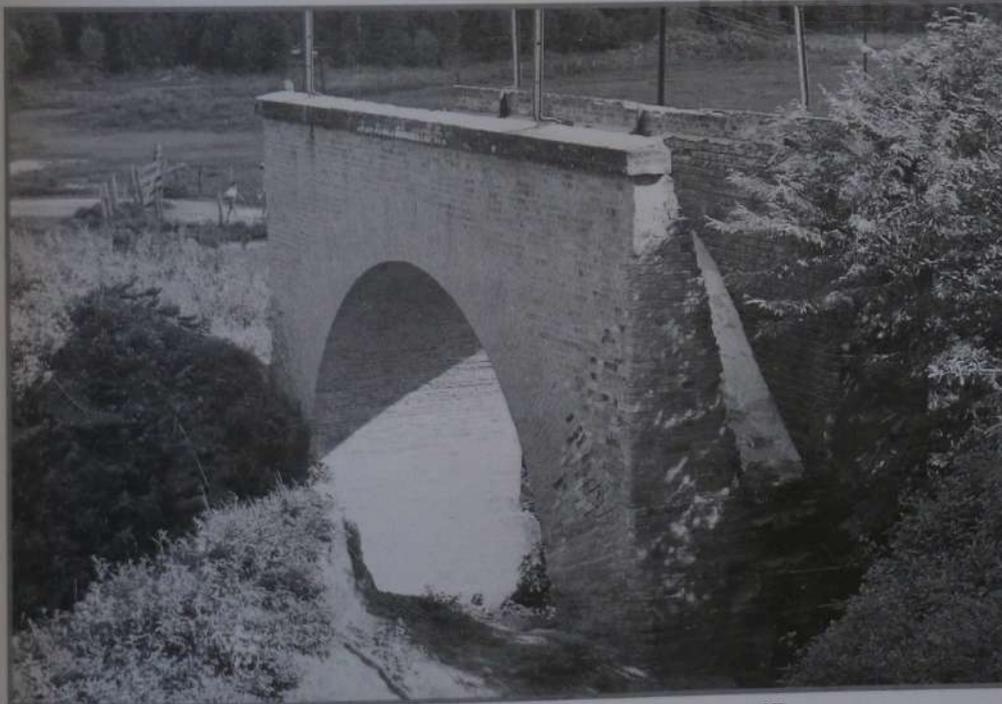
Ponte Torta

Nos anos 20, setores da imprensa local se manifestavam, de forma irônica, sobre os projetos em debate para a remodelação daquela região, como exemplifica o artigo a seguir, publicado na revista *Sultana*:

"Ha algumas dezenas de annos, já, que Jundiahy, viu desaparecer de suas ruas, o seu bonde; nós já tivemos bondes e isso muita gente ignora. Ha algumas dezenas de annos que Jundiahy teve aquillo, que hoje constitue uma das nossas maiores aspirações: uma linha de bondes. Ha porem uma differença da realidade do passado à aspiração de hoje: os bondes de antanho eram puxados a burro e agora nós os queremos elétricos (...). Aproximadamente, ahi pelos annos de 1893 ou 1894, um grupo de amigos verdadeiros de Jundiahy e ciosos de seu progresso, idearam a installação em Jundiahy de uma linha de bondes (...). Idear e tornar realidade foi obra de pouco tempo.

Mezes apos, trafegava em nossas ruas o primeiro bonde da empresa que para esse fim se havia firmado. Partindo da estação S.P.R., o bonde percorria a hoje Rua Barão do Rio Branco, entrava por uma travessa da Fábrica São Bento - esta travessa constitui hoje um beco sem sahida, em cuja esquina está installada a Casa Nini - passava pela frente da citada fábrica, atravessando depois os terrenos (...) e que naquelle tempo era uma várzea, que foi preciso aterrar, entrava na célebre Ponte dos Bondes (...) percorrendo uma estrada que hoje é a Avenida Paula Penteado, até embocar na Rua Adolpho Gordo, indo até a Rua Coronel Leme da Fonseca, subindo a Rua do Rosário, virava a Rua da Cadeia - hoje Siqueira de Moraes - descendo então pela Rua Barão de Jundiahy, até a Rua Cândido Rodrigues, onde tomava novamente a Rua do Rosário, até encontrar novamente os trilhos na Rua Coronel Leme da Fonseca. Esse era o percurso inicial, que foi mais tarde modificado obedecendo as necessidades locais daquela epocha (...). Como única lembrança dessa linha de bonde resta hoje a Ponte..."

(Revista *Sultana*. Jundiahy, SP: s/ed., 1923, Ano I, n. 2.)



Ponte Torta,
sem data.

Ponte Torta

As fotos desta página mostram a Ponte Torta e a região de seu entorno em diferentes momentos do século XX.



Década de 1920.



Década de 1930, por ocasião das obras de retificação do rio Guapeva.



Década de 1950,
novamente em obras.

Ponte Torta

Nos anos 80, a margem esquerda do rio Guapeva foi alargada para evitar as enchentes que castigavam a região. Essas obras, contudo, abalaram a estrutura da Ponte Torta que, sem a terra que anteriormente a sustentava, começou a se deslocar, comprometendo sua estabilidade. Para evitar que a ponte caísse, foi construído um bloco de concreto em sua fundação substituindo-se, assim, a terra removida.



Enchente do rio Guapeva,
1970.



A Ponte Torta hoje,
1999.

Quartel

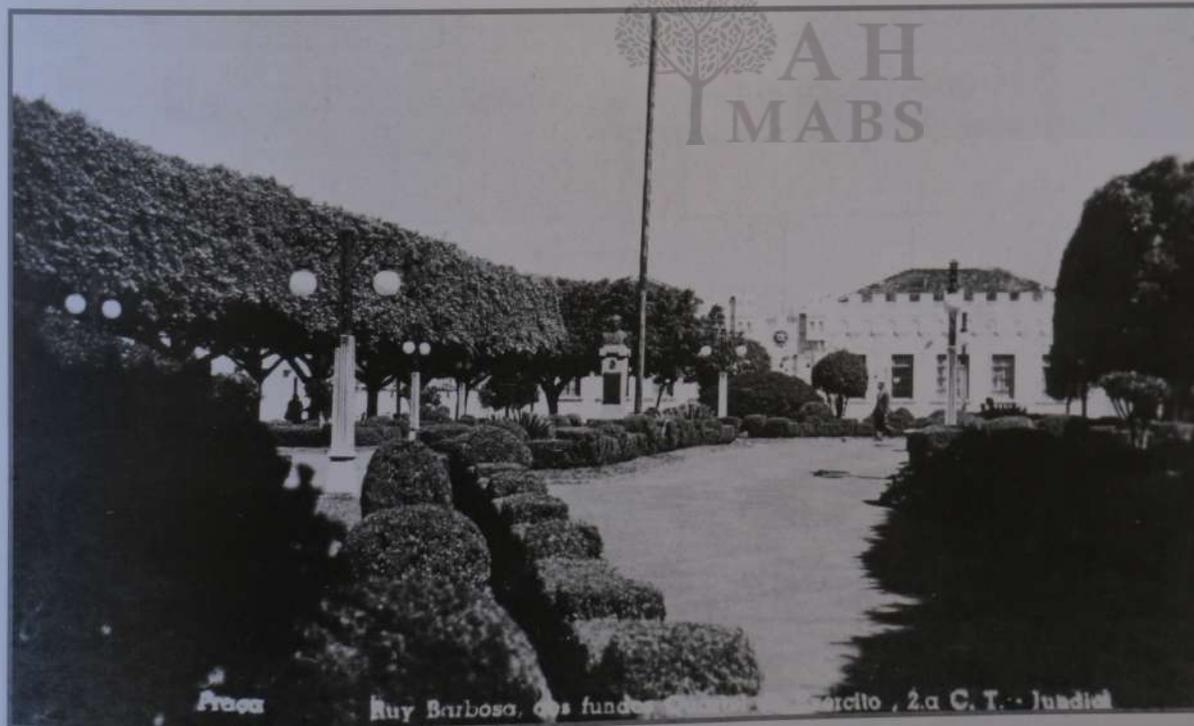
O Segundo Grupo de Artilharia de Montanha foi oficialmente criado em outubro de 1919. Naquela época, diversos movimentos sociais agitavam o país. O município de Jundiá estava localizado no entroncamento de importantes ferrovias, determinando esforços pela segurança da região por parte dos governos estadual e federal. Originalmente, e até a década de 1970, o Quartel ocupou o prédio instalado em frente a atual Praça Rui Barbosa, antigo Largo do Pelourinho, onde os escravos eram publicamente castigados.



Soldados do Segundo Grupo de Artilharia de Montanha posam para a foto. Ao fundo, o prédio do antigo quartel em construção, 1917.

Quartel

Em 1922, o Segundo Grupo de Artilharia de Montanha incorporou seu primeiro contingente de soldados. Àquela época, a carreira militar era uma das poucas possibilidades de ascensão social abertas para os setores mais pobres da população, possibilidade esta que já era indicada desde os acontecimentos relativos à Guerra do Paraguai, no século passado. Além disso, o exército incorporou em suas fileiras um número bastante significativo de descendentes de imigrantes, no caso de Jundiá, especialmente os italianos. A partir dos anos 20, o Segundo Grupo de Artilharia de Montanha participou de diversos movimentos: em 1924, combateu o movimento tenentista de Isidoro Dias Lopes; em 1930, recebeu ordens para enviar baterias para Campinas e Quitaúna, durante o movimento que colocou Getúlio Vargas na presidência da República. Em 1932, participou da Revolução Constitucionalista ao lado dos paulistas. Em 1933, este grupo foi incorporado ao 4º Regimento de Artilharia de Itú, retornando à cidade em 1935. Em 1937, no Paraná, os soldados jundiáienses lutaram contra os movimentos revolucionários que combatiam a centralização cada vez maior do governo Vargas. Participaram, ainda, de atividades de proteção do litoral brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial e do movimento militar de 1964. Em 1973, a unidade recebeu o nome que até hoje possui: 12º Grupo de Artilharia de Campanha³.



Praça Rui Barbosa, provavelmente na década de 1940. Ao fundo, o Quartel do Exército; ao centro, o busto de Luís Alves de Lima e Silva, patrono do exército brasileiro.

³. Com base em "80 anos do 12º GAC". Suplemento especial do *Jornal da Cidade* de 24 de outubro de 1999.

Quartel

A deterioração física das dependências do antigo do quartel se acentuou muito nas últimas décadas. O prédio encontra-se hoje demolido e o local é ocupado por um estacionamento de veículos. Restaram apenas as fachadas que ainda mostram, por seu estilo arquitetônico, certa aproximação com as antigas fortalezas de estilo europeu.



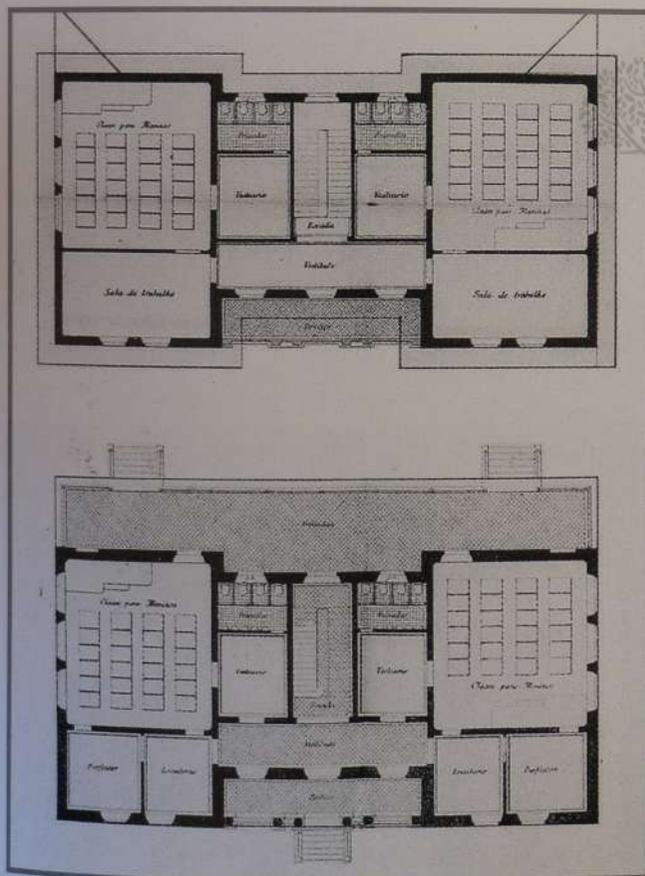
Prédio do antigo quartel na década de 1980.



Fachada do antigo quartel, 1999.

Grupo Escolar Cel. Siqueira de Morais / Biblioteca Municipal Nelson F. Guimarães

Entre 1890 e 1920, foram construídos cerca de 170 edifícios escolares em todo o estado de São Paulo. Comparando-se os projetos arquitetônicos dessas escolas, várias semelhanças podem ser observadas. Quase todos apresentam, além das salas de aulas separadas para meninos e meninas, um pequeno número de dependências administrativas. Havia uma rígida separação entre os espaços masculino e feminino, obrigatória pelo regimento escolar oficial do estado e pelos padrões de moralidade da época. A construção de escolas, representando a expansão das vagas do ensino público, era encarada por parte dos republicanos como caminho fundamental para a consolidação da república recém-proclamada.



Planta do Grupo Escolar Coronel Siqueira de Morais.
Fonte: Corrêa, Maria Elizabete Peirão et. al.. *A arquitetura escolar paulista*. São Paulo: FDE, 1991, p. 5.

Grupo Escolar Cel. Siqueira de Moraes / Biblioteca Municipal Nelson F. Guimarães

A inauguração do “Siqueira de Moraes” ocorreu em 1896 e foi marcada por uma série de festividades:

“... Ao meio-dia, dirigiram-se os visitantes ao prédio construído para nele ser instalado o Grupo Escolar, que é de estilo moderno, situado no alto de uma colina, nas extremidades da cidade, entre esta e a Vila Arens. A divisão interna do edifício merece especial menção, pois oferece amplo conforto para os fins a que é destinado. Em quatro salas do andar térreo, e em outras do andar superior, funcionam as aulas dos diversos anos daquele grupo. Além destas salas, há em cada um dos pavimentos dois compartimentos menores, que são do diretor, professores e porteiro...”

(Trecho da reportagem publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 13 de abril de 1896, por ocasião da inauguração do Grupo Escolar Coronel Siqueira de Moraes.)



Grupo Escolar Coronel Siqueira de Moraes, 1940.

Biblioteca Pública Municipal Nelson Foot Guimarães, década de 1980. Observe-se que as ponteiros rendadas já não existem mais e as janelas foram alteradas.



Grupo Escolar Cel. Siqueira de Moraes / Biblioteca Municipal Nelson F. Guimarães

A memória conta que o escadão era utilizado pelos alunos para facilitar o acesso ao Grupo. Naquela época, as lâmpadas dos postes da escadaria eram trocadas com o auxílio de bambus. No alto do Monte Esplanda, a escola era facilmente reconhecida.



Ao fundo, o Grupo Escolar Coronel Siqueira de Moraes. Ao centro, o escadão e, em primeiro plano, a rua Vigário J. J. Rodrigues, sem data.



Biblioteca Nelson Foot
Guimarães, 1999.

Obeliscos

A palavra “obelisco” tem origem latina: “*obeliscu*”. Trata-se, por definição, de um “monumento quadrangular, agulhado, feito ordinariamente de uma só pedra sobre um pedestal”⁴. Em Jundiaí, existem dois desse tipo de monumento: o comemorativo ao Centenário da Independência e aquele erguido em homenagem ao Soldado Constitucionalista de 1932, localizados respectivamente à Praça da Bandeira e em frente ao Parque Comendador Antônio Carbonari.



Monumento ao Centenário da Independência,
Praça da Bandeira, 1999.



Obelisco ao ex-combatente da Revolução
Constitucionalista, 1999.

⁴. Hollanda, Aurélio Buarque de. Novo Dicionário Aurélio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p.460.

Obeliscos



Primeira versão do Obelisco ao Centenário da Independência, em tamanho menor, localizado à Praça da Bandeira. Ao fundo, a Igreja do Rosário, s/d..



Detalhe do Obelisco ao Centenário da Independência, 1999.

Em 1922, comemorava-se o Centenário da Independência do Brasil. Embora o Rio de Janeiro, então capital federal, tenha sido o centro das comemorações, várias cidades de médio e grande porte também realizaram algum tipo de evento em relação à data. Aquele foi um período agitado: paralizações operárias marcavam o cotidiano das cidades industriais, principalmente no estado de São Paulo; diferentes segmentos artísticos rompiam com a estética até então vigente na Semana de Arte Moderna; levantes tenentistas mostravam as divergências internas entre os militares e apontavam para reformas sociais fundamentais; a economia do país, ainda muito dependente da produção e exportação de café, já dava sinais evidentes de declínio. Naquele contexto, as comemorações do Centenário da Independência foram um caminho, entre outros, de procurar apaziguar estes conflitos que agitavam o país. Em Jundiaí, a inauguração do monumento “*Independência ou Morte*” fez parte dessas comemorações, juntamente com outras atividades, como mostra o documento a seguir:

“O município de Jundiaí necessita de um livro que o faça conhecido (...) Nós que temos a responsabilidade da sua direção, temos a obrigação de por todos os meios possíveis, fazer desaparecer certas suposições errôneas que fazem sobre o seu progresso, e de mostrar que não está estacionário neste recanto paulista, o gênio grandemente empreendedor do bandeirante. Assim pensando, proponho que esta municipalidade vote um crédito de 2:500\$00 para ser entregue como prêmio à pessoa que publicar o melhor livro sobre o município e a cidade de Jundiaí, até o dia 15 de junho do próximo ano. O livro escolhido por esta municipalidade passará para sua propriedade, sem outra remuneração e os exemplares serão postos à venda ou distribuídos gratuitamente, por ocasião das festas do Centenário da Independência”.

(Ata da Câmara Municipal de 15 de junho de 1921. In Mazzuia, Mário. *Jundiaí através de documentos*. Jundiaí, SP: s/ed., 1976, p. 284.)

Obeliscos



Soldados
constitucionalistas
jundiaíenses, 1932.



Detalhes do Monumento ao Soldado Constitucionalista de 32. O soldado esculpido em bronze que originalmente fazia parte do monumento, encontra-se hoje nos jardins do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí.



Em 1932, sob a bandeira da luta pelo retorno à ordem constitucional e autonomia do estado, os paulistas se revoltaram contra o governo "provisório" de Getúlio Vargas. Em relação à Revolução Constitucionalista de 1932, contudo, é preciso considerar os interesses paulistas na reconquista da hegemonia política perdida quando do movimento de 1930 que colocou Vargas no poder. Após meses de conflito, os paulistas foram militarmente derrotados mas muitas de suas reivindicações políticas e econômicas foram acatadas, reconhecendo-se a impossibilidade de governar o país sem o apoio do estado de São Paulo. As lembranças daqueles dias de conflito foram registradas em textos e fotos por alguns dos então combatentes:

"Dia 05 de agosto: o dia amanheceu claro e alegre como os outros, em calma. Lá pelas 10 horas, aproximadamente, surgiu um avião das linhas inimigas e vinha em nossa direção. Procuramos nos ocultar, temendo um ataque. Mas ele apenas sobrevoou as nossas linhas em reconhecimento. Mas eis que surgiram, por coincidência, pela nossa retaguarda, dois aviões nossos, em reconhecimento. O inimigo, percebendo a aproximação dos nossos, tomou a direção de Buri, tentando fugir, mas era tarde, pois foi alcançado e metralhado pelos dois lados, caindo nas linhas inimigas, expelindo uma fumaça branca da fuselagem, como sinal de que fora atingido. E nós nos empolgamos com justa alegria, com aplausos e ovações, saudando a vitória de nossos aviadores. O resto do dia transcorreu sem incidentes."

(Pupo, José A.. *Memórias de um ex-combatente*. Jundiaí, SP: Literarte, 1989, p. 28.)

Gabinete de Leitura Ruy Barbosa

A idéia de criação de um centro literário surgiu em 1907, a partir da iniciativa de um grupo de ferroviários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro⁵. Como consequência era inaugurado, em 1908, o "Gabinete de Leitura de Jundiahy" que, em 1923, passou a chamar-se "Gabinete de Leitura Ruy Barbosa".



Inauguração do prédio do Gabinete de Leitura de Jundiahy, 1922.

⁵. Várias outras instituições da cidade tais como o antigo Paulista Futebol Clube e o Grêmio Recreativo surgiram por iniciativa dos ferroviários daquela companhia.

Gabinete de Leitura Ruy Barbosa

A imprensa local, em 1928, assim se referia a essa instituição:

"(...) E a congregar todos esses artistas, aqui temos, imponente e amigo, o Gabinete de Leitura Ruy Barbosa, com sua valiosa biblioteca, com seus luxuosos salões, cheios de diversões elegantes, reunindo, toda a noite, debaixo de seu tecto, tudo quanto Jundiahy tem de mais fino, de mais intellectual."

(Figueiredo, J.B. e Pontes, Alceu. *Anuário de Jundiahy*. Jundiahy, SP: Typographia A Comarca, 1928, anno I, nº 1, pp. 25-26.)



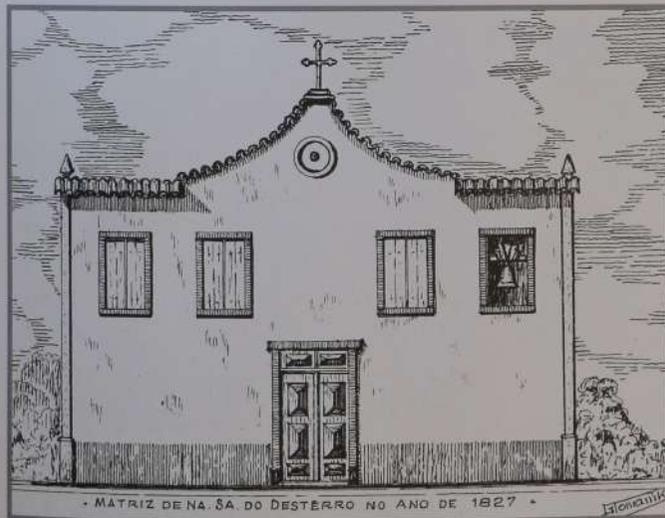
Cerimônia de juramento à bandeira, 1929. Ao fundo, o Gabinete de Leitura; à direita, parte do antigo quartel.

Hoje, o Gabinete possui um acervo de cerca de 45.000 livros, além de ampla coleção de revistas e jornais de circulação local, regional e nacional. A instituição, de caráter privado, é mantida com o pagamento de mensalidades por parte dos sócios. O prédio mantém a fachada e o interior originais.



Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro

A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro é o mais antigo templo religioso da cidade. Sua construção original, em taipa de pilão e teto de telhas de barro, data de 1651. As explicações para a invocação de Nossa Senhora do Desterro como padroeira do povoado variam de acordo com as diferentes versões para a origem da cidade. De qualquer modo, era bastante comum naquele período de interiorização da colonização o apelo à Santa do Desterro pois as grandes distâncias dificultavam o contato entre a população e o desbravamento impunha o isolamento. A presença de uma capela ou igreja fazia parte das "Ordenações do Reino" português que regiam a fundação de povoados no Brasil Colônia. Normalmente, essas igrejas eram tomadas como o "marco zero" das vilas então nascentes.



Nos desenhos de Geraldo Tomanik, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro em dois momentos distintos do século XIX: 1827, em sua construção original e 1864, já reformada.

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro

Grandes reformas foram realizadas na Catedral entre 1886 e 1891, projetadas pelo engenheiro Ramos de Azevedo, também responsável por muitas das obras que marcam as reformas urbanas de São Paulo na virada do século XIX para o XX, tais como o Viaduto do Chá e o Teatro Municipal. Naquela ocasião, o antigo estilo barroco português da igreja foi substituído pelo estilo neogótico que ainda hoje a caracteriza. Outras reformas foram executadas entre 1921 e 1926, com a construção de novas capelas internas, além de abóbodas, vitrais e pintura interna das paredes.

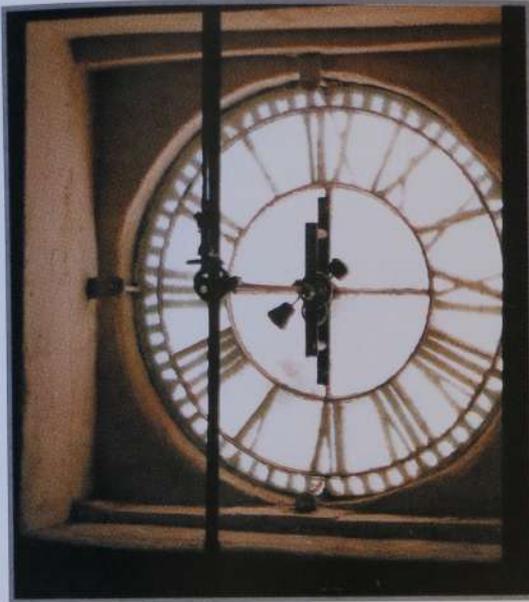


A lateral da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro em duas linguagens diferentes: acima, foto datada da década de 1920; ao lado, no cartão postal, os retoques oferecem à paisagem um ar bucólico e romântico, s/ d.

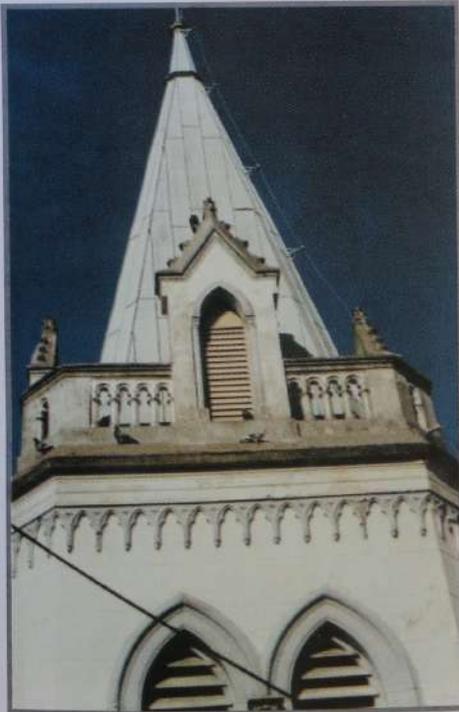


Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro

Nesta página, detalhes da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro.



O relógio,
1999.



A torre,
1999.



O sino,
1999.

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro

No final do século XIX, o Cônego Agnello de Moraes, assim expressou sua impressão sobre a Catedral após as reformas:

" (...) Quem entra na nossa Matriz, encontrará a vasta nave, onde nem a mais pequena exigência do bom gosto ou de ordem foi esquecida. A igreja é dividida em dois corpos: na parte principal há o salão, onde se acomodão as senhoras, repleto de solidos bancos genuflexorios (...) Há á direita e á esquerda dois largos corredores, os quaes constituem a capella do Senhor dos Passos á esquerda e a de Nossa Senhora das Dôres, á direita, corredores esses que, cercados por delicadas grades, praticão para o corpo da igreja por meio de largas arcadas. Esses dois corredores são destinados para os homens. A cavalleiro delles ha, em linha com o côro, outros dois de iguaes vastidão, recebendo largamente toda a luz distribuida pelas claraboias lateraes e dando vista para toda a nave por meio tambem de delicados gradís de ferro. São esses corredores destinados exclusivamente: o da direita para os collegios ou corporações do sexo masculino e o da esquerda para corporações ou collegios do sexo feminino ..."
(Moraes, Agnello de. *Parochiato do Revm. Conego Agnello de Moraes na Freguezia de Nossa Senhora do Desterro*. Jundiahy, SP: Typographia do Município, 1897, p. 9.)



Antigo coreto e chafariz localizados atrás da Catedral, década de 1920.



A Matriz, nos anos 40 e 50 respectivamente. Observe-se que, na foto mais recente, estão presentes novos detalhes decorativos.

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro

Ao longo deste século, a área ao redor da Matriz também passou por sucessivas transformações. As imagens desta página mostram algumas delas.



Praça Floriano Peixoto, década de 1940.



Praça Floriano Peixoto, 1999.



Praça Governador Pedro de Toledo, provavelmente entre os anos 1950 e 1960. Ao fundo, à esquerda, podem ser vistas a Serra do Japi e o Bolão.



Praça Governador Pedro de Toledo, 1999.

Bolão / Ginásio Municipal de Esportes Dr. Nicolino de Lucca

O Bolão, como até hoje é popularmente conhecido, foi inaugurado em 1953⁶. Seu estilo arquitetônico era, para a época, bastante inovador, tendo sido o primeiro a ser construído em cúpula de concreto e com um dos maiores “vãos livres” do mundo para aquela época. O projeto é de autoria do arquiteto Vasco Antônio Venchiarutti que por duas vezes foi prefeito da cidade, entre 1948 e 1951 e entre 1956 e 1959.



Vista parcial da cidade, do centro em direção à região oeste. Ao fundo, o Bolão; ao centro, a futura Avenida Jundiá e, à esquerda, a Igreja do Rosário e o Largo Santa Cruz. Início dos anos 1950.

⁶. Pela lei municipal nº 5.133, de 21 de maio de 1998, o nome oficial do “Bolão” passou a ser “Ginásio Municipal de Esportes Dr. Nicolino de Lucca”.

Bolão / Ginásio Municipal de Esportes Dr. Nicolino de Lucca

Na década de 1950, quando o Bolão foi construído, as estruturas constituídas por cascas de concreto armado ainda eram novidade e representavam um certo desafio tanto para os que o projetaram quanto para os trabalhadores que o ergueram. Nas imagens desta página, detalhes das obras de construção.



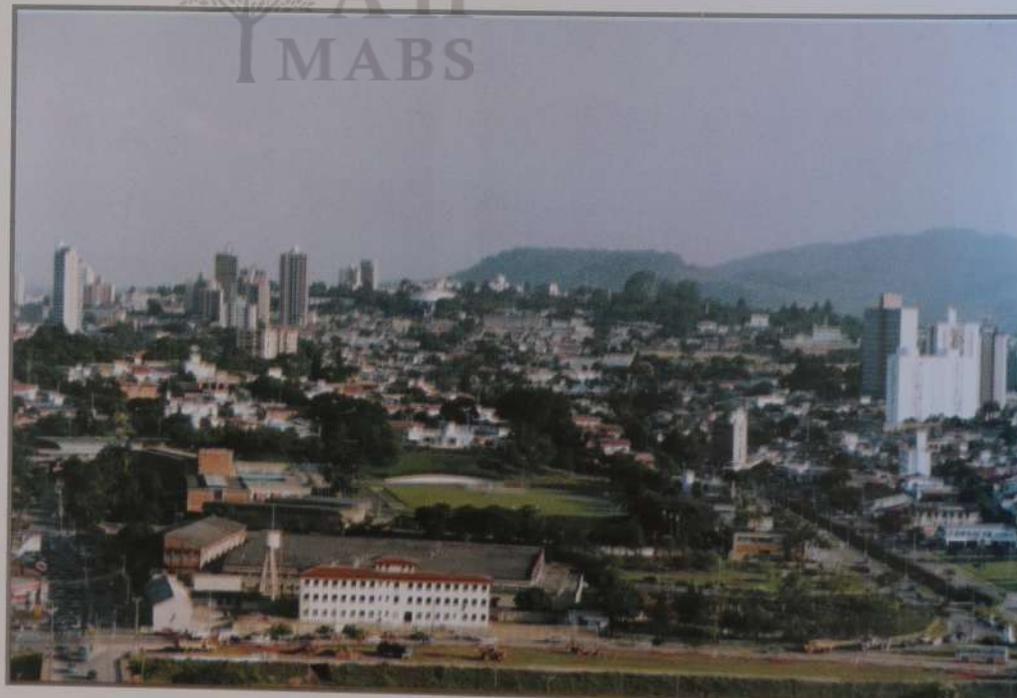
Obras de construção do Bolão no início dos anos 1950.

Bolão / Ginásio Municipal de Esportes Dr. Nicolino de Lucca

Depois de alguns anos, a “concha” em que se constitui o Bolão começou a abrir e a pressionar as colunas de sustentação para fora. A solução encontrada foi fazer o atirantamento (colunas) que hoje faz parte do ginásio.



Ginásio de Esportes Dr. Nicolino de Lucca, década de 1980. À direita, o Bolão.



Vista parcial da cidade, do Paço Municipal em direção ao centro. Ao fundo o Bolão, 1999.

Polytheama

O cine-teatro Polytheama foi inaugurado em 1911. Sua origem, contudo, remonta ao final do século passado quando Albano Pereira apresentou a então Intendência Municipal um projeto para construir, sob concessão, um "polytheama", ou seja, uma casa que abrigasse espetáculos vários tais como circo, teatro, dança e cinema. A própria palavra "polytheama" expressa essa intenção: "poly", de origem latina, quer dizer "vários"; "theama", de origem grega, significa "espetáculo". A construção de casas de espetáculos foi uma das características do processo de modernização das médias e grandes cidades entre o final do século XIX e o início do XX, processo este impulsionado pela aceleração dos movimentos de industrialização e urbanização. Os cine-teatros, juntamente com os cafés, se constituíram então como novos lugares da sociabilidade urbana.



Cine-teatro Polytheama no início do século XX.

Polytheama

Nos anos 20, o Polytheama passou por uma série de reformas internas. Em 1928, foi reinaugurado com a apresentação de espetáculos da Companhia Artística de Clara Weiss que executou uma série de operetas:

“Realizou-se hontem, as 18:30 horas, a inauguração oficial do Theatro Polytheama que acaba de passar por uma importante reforma, tendo ao mesmo comparecido grande número de convidados (...)
(...) Aos presentes foi servido profuso copo d' água, tocando durante todo o acto a banda municipal paulista. À noite, completando o programma de inauguração, trabalhou no palco, para uma assistência colossal, a companhia da actriz Clara Weiss.”
 (Jornal A Folha, 26 de janeiro de 1928)

THEATRO POLYTHEAMA
 Companhia do Theatro Republica de Jundiahy

HOJE - Domingo 29 de Janeiro de 1928 - HOJE

— às 8 1/2 da noite em ponto —

NO PALCO ❖ ❖ ❖ NO PALCO

Despedida da Grande Companhia de Operetas
CLARA WEISS

da qual faz parte a celebre tenor comico Cav. Solvatore Siddivo com a peça que é o mais legitimo sucesso da temporada. A representação, ainda temporaria, da opereta em 3 actos de Giuseppe Adami, musica de maestro Franz Lehár

EVA

Eva Clara Weiss C. WEISS D. IMBICINI AN. A. RIBUCCI C. FROZZI T. FANTO M. MIRELLI S. APPEZZATO D. CIGALINI A. BURELLI A. FROZZI J. FERBERO M. FRANCO	Cava Papaveris Clotilde Hasburt Napoleone Stignarini Rosanna Lavagna Pierella Vanda Maria Freddy Giovanni Lily Quadri Camerone Alvinor Ferrero-technico Modesto Marini, Mezzini Giuseppe e Bruno de Buzoni 1918/1920
---	---

Preços - Frizas e Camarotes 25.000, Polt. numeradas 5.000, Polt. de 2 a 4.000, Balcão 2.000 (Imposto incluso)
 as encenações de cada noite são as 8 horas pelo telefone 2-5-0

IDEAL 1/2 - Bellezas Malotas - REPUBLICA 2 horas

UFA Jornal n.º 11 - Notícias Internacionais

Não Sejas Leviana
 Bellissimo drama em 5 partes com EVELYN BRENT

CONTANDO UM CONTO - comédia em 2 actos com WILLY BRENS

RECOMPENSA DE CARLITO - descalço animado em 1 parte

Preços - Frizas 3.000, Cad. .600, Balcão .400 (Imp. Incluso)

IDEAL 7/30 Espectaculos Completo: REPUBLICA 8/30

O MESMO PROGRAMMA DA MATINEE
 e mais a excepcional super produção do First Fátima em 7 etapas partes

TRES HORAS
 um film de luxo com CORINE GRIFFITH - JOHN BOWERS - HOBART BOSWORTH - MARY LOUISE MILLER

Preços: Frizas 7.500, Camarotes 1.500, Balcão .800, (Imp. Incluso)

4.ª feira - Estréia cinematographica no Theatro Polytheama com o film **BEIJO ARDENTE** RONALD COLMAN e VILAR GIBNEY

THEATRO POLYTHEAMA
 Companhia do Theatro Republica de Jundiahy

HOJE - 5.ª feira 26 de Janeiro de 1928 - HOJE

— às 8 1/2 da noite em ponto —

NO PALCO ❖ ❖ ❖ NO PALCO

SUCCESSO

DA GRANDE COMPANHIA DE OPERETAS

Clara WEISS

da qual faz parte a celebre tenor comico Cav. Solvatore Siddivo

A VIUVA ALEGRE

Clara Weiss C. WEISS D. IMBICINI AN. A. RIBUCCI C. FROZZI T. FANTO M. MIRELLI S. APPEZZATO D. CIGALINI A. BURELLI A. FROZZI J. FERBERO M. FRANCO	Cava Papaveris Clotilde Hasburt Napoleone Stignarini Rosanna Lavagna Pierella Vanda Maria Freddy Giovanni Lily Quadri Camerone Alvinor Ferrero-technico Modesto Marini, Mezzini Giuseppe e Bruno de Buzoni 1918/1920
--	---

Preços - Frizas 25.000, Camarotes 25.000, Polt. numeradas 5.000 (Imp. Incluso)
 as encenações de cada noite são as 8 horas pelo telefone 2-5-0

IDEAL 7/30 - REPUBLICA 8/30

UFA Jornal n.º 11 - Notícias Internacionais

ACQUA CHETA

IDEAL 7/30 - REPUBLICA 8/30

A VIUVA - animado em 1 parte - FOX Jornal n.º 8 - Notícias Internacionais

NANCY NASCH em bellas estatuas de super produção FOX

Torrente da Fama
 8 etapas actas duas-actos

Na Pelle do Lobo - 2 actos comicos

Preços: Frizas 7.500, Camarotes .800, Balcão .400 (Imp. Incluso)

H
 ABS

Cartazes publicitários da Companhia Artística Clara Weiss, 1928.

Polytheama

A partir dos anos 1950, o Polytheama viveu um período de crise. Naquela década, alguns artigos de jornal criticavam o comportamento, segundo eles “inadequado”, de parte dos frequentadores do teatro. Esses documentos apontam, ao mesmo tempo, para a degradação que esta casa de espetáculos vivenciou durante os anos 60, 70 e parte dos 80 e para um processo de mudança de costumes e práticas sociais:

“Quem vai, hoje, ao Polytheama encontra grande diferença, com relação ao que se verificava tempos atrás, no tocante a ordem da sala de espetáculo. A frequência de famílias tem diminuído consideravelmente, em vista de ver ali, mormente certos dias, como às quartas e sextas-feiras, gente sem gravata e até sem paletó tendo nos pés chinelos alguns deles.

Ademais, a promiscuidade é fato comprovado por todos os que frequentam havendo cenas que ameaçam a boa ordem pública, como ainda há dias um indivíduo armado de facas e meio alcoolizado, ameaçava os que o rodeavam na platéia

(...)

(...) O que lá se vem observando (...) ditos chistosos, palavrões de baixo calão e graçolas algo imorais, além de cenas indecorosas aqui e ali percebidas no clarear dos filmes

(...)”

(Jornal A Comarca, 10 de agosto de 1950)

Alguns anos à frente, o Polytheama foi fechado e a degradação física do prédio se acentuou.



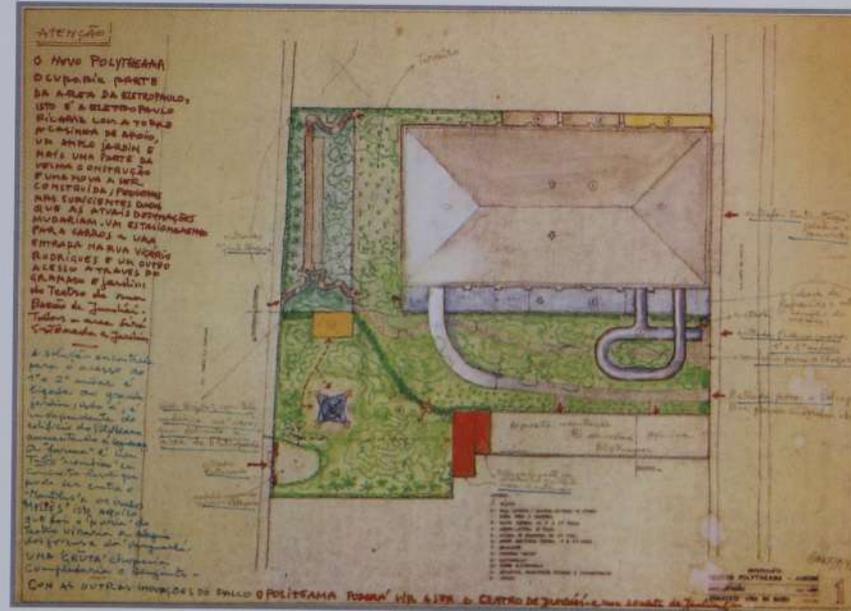
Fachada e vista interna do Polytheama durante o período de abandono, início dos anos 1980.

Polytheama

Os esforços pela recuperação do Polytheama, iniciados nos anos 80, foram concretizados na década seguinte. Dentre os projetos apresentados para sua restauração, destacou-se o da arquiteta Lina Bo Bardi que foi utilizado como parâmetro principal para as reformas efetivamente implantadas.



Estudos da arquiteta Lina Bo Bardi para a restauração do Polytheama, 1986.
 Fonte: Instituto Lina Bo Bardi. *Lina Bo Bardi*. São Paulo: Instituto Lina Bo Bardi/ Pietro Maria Bardi, 1993, pp. 265-266.



Polytheama

Em 1996, o teatro foi novamente entregue à população. Sua capacidade atual é de 1216 lugares. As obras de restauro representam tanto um esforço pela revitalização da vida cultural da cidade quanto preservam a memória daquilo que um dia ela foi.



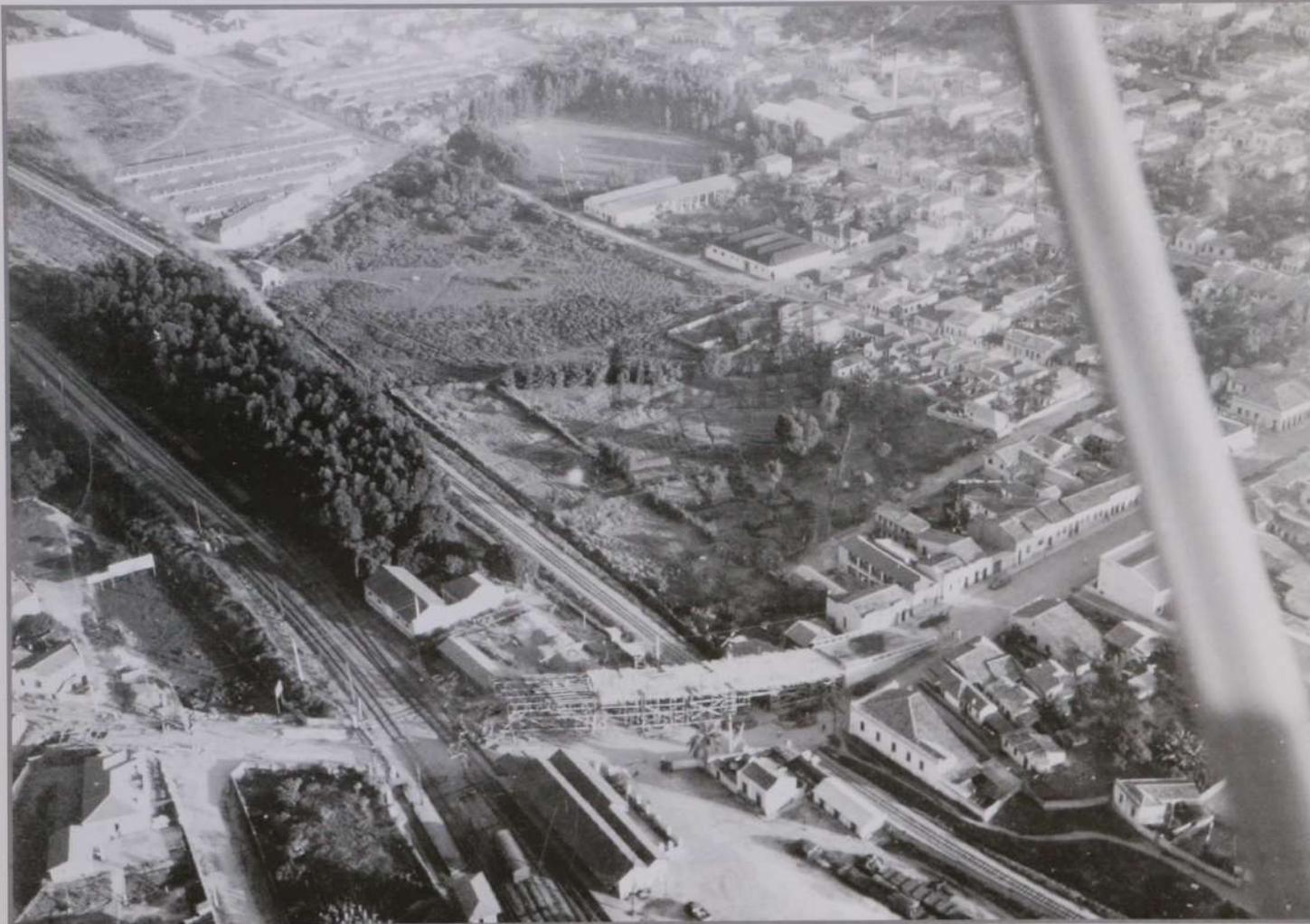
Fachada do Polytheama, 1999.



Vista interna do Polytheama em noite de espetáculo, 1996.

Viaduto São João Batista

O viaduto São João Batista, ligando a Rua Dr. Torres Neves à Avenida São João, foi construído em 1950 sobre as linhas de trem da Companhia Paulista e da Sorocabana. Possui cerca de 300 metros de comprimento por 10 de largura e 6,30 de altura.



Vista aérea das obras de construção do Viaduto São João Batista, 1950.

Viaduto São João Batista

A construção do Viaduto São João Batista, o primeiro da cidade, fez parte do conjunto de obras da primeira gestão do então prefeito Vasco Antônio Venchiarutti (1948-1951) e possui uma história bastante particular. De um lado, a realização desta obra era vista como prioridade; por outro, não havia recursos públicos suficientes para sua efetivação. Para viabilizar a obra, a Prefeitura emprestou dinheiro de particulares, comerciantes, empresários, industriais e moradores tanto do bairro da Ponte quanto de outros que seriam igualmente beneficiados com a construção. Estes empréstimos foram registrados em um “livro de adesões”, documento que hoje faz parte do acervo do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí. A dívida contraída junto aos moradores foi devidamente quitada.



Vista parcial do bairro da Ponte São João a partir da atual Vila Santana, sem data. Ao centro, a Rua Eloy Chaves. Ao fundo, a Serra do Japi. Pode-se observar, ainda, o escadão, o Industrial, o Colégio Siqueira de Moraes e o Polytheama; mais à frente, o prédio da Argos. Também ao fundo, na extrema direita, as torres da Matriz.

Viaduto São João Batista

Os dias de lançamento da primeira estaca e de inauguração do viaduto foram de festa na cidade. O jornal paulista *A Gazeta* noticiou ambos os acontecimentos e a obra, iniciada em fevereiro de 1950, foi concluída em setembro daquele mesmo ano:

"(...) realizou-se ontem, às 10:30 hs, a cerimônia da batida da primeira estaca de três toneladas. Após a benção dada pelo Monsenhor dr. Arthur Ricci, falou o governador da cidade, iniciando-se depois a obra que recordará a atual administração municipal.

Vinte e um tiros de morteiros ouviram-se junto a uma faixa dos sanjoanenses com os dizeres

'Gratidão da Ponte S. João ao Executivo e Legislativo Municipal' (...)

(...) Os trabalhos serão executados dia e noite ininterruptamente, devendo ser colocadas 213 estacas de concreto em todo o trecho da obra, que deverá estar concluída no próximo dia de S. João.

O padre Angelo Cremonti, vigário da Paróquia de S. João Batista, confiou ao escultor Luiz Morrone a imagem de S. João Batista, que será a primeira a atravessar o Viaduto, sendo então colocada na praça fronteira à Igreja Matriz do populoso bairro, sendo aliás a primeira imagem a figurar em nossa cidade em praça pública (...)"

(Jornal A Gazeta, 28 de fevereiro de 1950)



"Constituiu festa das mais expressivas a inauguração do viaduto São João Batista, que liga a cidade ao bairro da Ponte São João, construção da Cia. Construtora Nacional S.A. e projeto do eng. Vasco Antônio Venchiarutti, prefeito municipal. Ao ato, compareceram o governador do Estado, o Monsenhor Ladeira representando o Cardeal Arcebispo além de outras altas autoridades estaduais e locais.

Na tribuna montada frente à entrada do viaduto, na rua Dr. Torres Neves, falou primeiramente o engenheiro Vasco Antonio Venchiarutti, e a seguir o governador do Estado, tendo Monsenhor Ladeira dado a benção da fita inaugural, que foi rompida pela sra. Líliliana Paschoal Venchiarutti, esposa do prefeito municipal. Transitou pelo viaduto, o primeiro veículo, transportando a imagem, ainda em gesso, de S. João Batista, trabalho do escultor Luiz Morrone, seguindo-se verdadeira multidão a pé além de interminável fila de veículos. Já na praça da Igreja Matriz da Paróquia de S. João Batista, Monsenhor Ladeira benzeu a imagem, falando por essa ocasião o padre Eliseu Murari, do bairro sanjoanense e de família fundadora do bairro, que prestou homenagem ao fundador da Ponte de S. João, o saudoso mestre sr. Brites Figueiredo, pai do sr. João Batista Figueiredo, diretor do jornal local 'A Comarca'. Viam-se bandeiras enfeitando o viaduto e arcos contendo saudações de firmas comerciais e industriais ao jovem prefeito.

Na residência do padre Angelo Cremonti, foi oferecido um 'cocktail', ao governador e autoridades presentes à festa."

(Jornal A Gazeta, 25 de setembro de 1950)

Viaduto São João Batista

Em meio a outras remodelações urbanas efetivadas na região, o Viaduto São João Batista continua a ser hoje o principal caminho de ligação entre os bairros da zona leste da cidade e o centro.



Detalhes do viaduto São João Batista, 1999.

Grupo Escolar Conde do Parnahyba

O prédio que ainda hoje abriga o “Conde”, como é popularmente conhecido, foi construído nas primeiras décadas deste século. A escola já existia desde 1906, funcionando no local onde hoje está a Telesp, à rua Barão de Jundiá, 101. Em 1920, a imprensa local noticiava o lançamento da pedra fundamental desta escola:

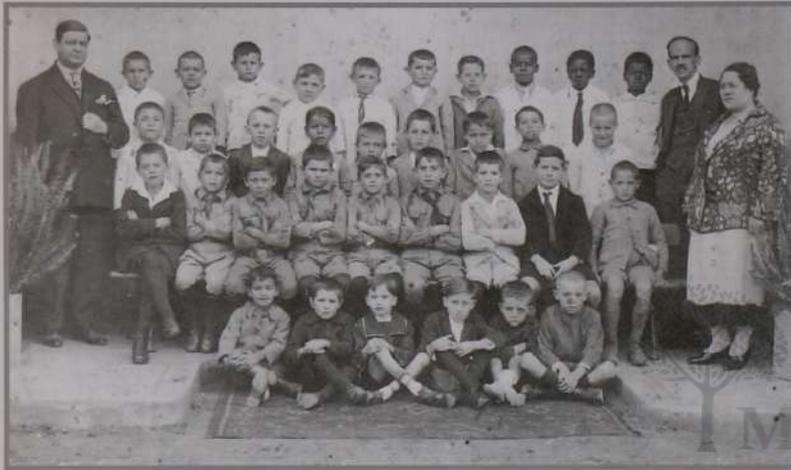
“(...) Conforme noticiamos, teve lugar dia 27 próximo passado, a cerimônia de lançamento da pedra fundamental do majestoso palacete destinado ao Grupo Escolar ‘Conde do Parnahyba’. O ato foi presidido pelo Exmo. Sr. Oscar Rodrigues Alves, Secretário do Interior que, acompanhado por sua ilustre comitiva, chegou a esta cidade pelo comboio das 10:45 hs. Após ligeiro lunch, serido no bar do ‘Grêmio’, o Dr. Oscar Rodrigues Alves e sua comitiva foram conduzidos em carruagem da Prefeitura, ao local onde, em breve, ostentar-se-á o mais belo prédio de nossa urbs.”
(Jundiahy Jornal, 02 de maio de 1920)



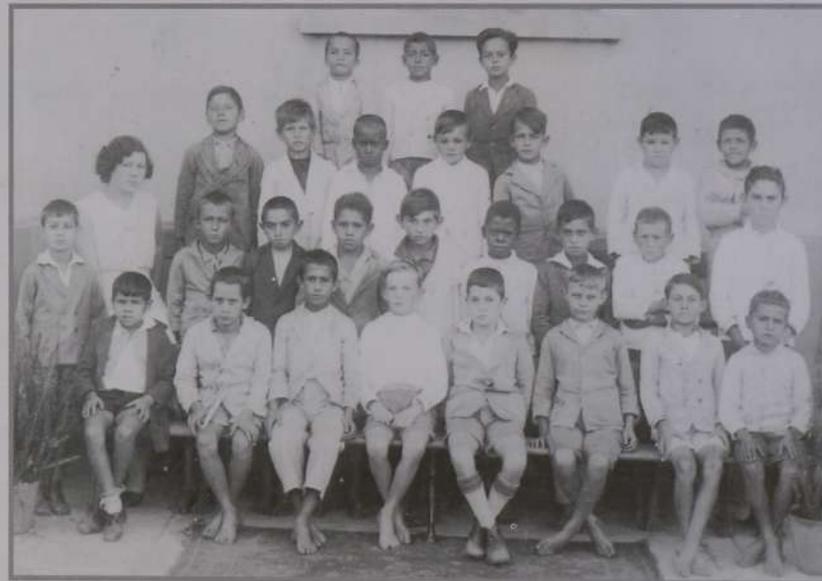
Lançamento da pedra fundamental do Grupo Escolar Conde do Parnahyba, em 27 de abril de 1920.

Grupo Escolar Conde do Parnahyba

Em 1923, três anos após o lançamento da pedra fundamental, a escola passou a funcionar no prédio em que até hoje se localiza. Seu primeiro diretor foi o professor Benedito Hudson Ferreira. A escola contava então com oito professores e duzentos e um alunos.



Classes de alunos do Grupo Escolar Conde do Parnahyba em 1929.



Grupo Escolar Conde do Parnahyba

A Escola Estadual Conde do Parnahyba preserva ainda hoje a maior parte de suas características originais. Passear pelo interior deste colégio é conhecer parte da história da educação no Brasil em geral, e na cidade de Jundiá em particular, no início do século XX.



Professores do Grupo Escolar
Conde do Parnahyba, anos 20.



Escola Estadual Conde do
Parnahyba, 1999.

Solar do Barão / Museu Histórico e Cultural de Jundiáí

O “Solar do Barão”, que hoje abriga o acervo do Museu Histórico e Cultural de Jundiáí, é o único exemplar de patrimônio histórico oficialmente tombado da cidade. A data de sua construção original é incerta, mas é provável tratar-se de meados do século XVIII. O que se sabe com mais certeza é que, no século XIX, esta antiga residência passou por amplas reformas. Assim, nela se mesclam elementos mais rudes das antigas moradias tipicamente bandeiristas e o refinamento dos padrões de moradia da elite característico do período de expansão dos negócios cafeeiros no interior paulista.



Vista parcial da cidade, 1935. À esquerda, o Solar. Ao fundo, a Cia Paulista de Estradas de Ferro.



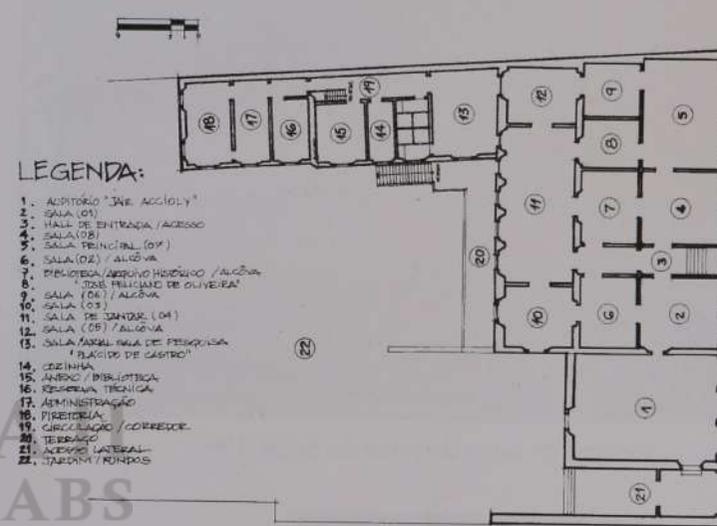
A fachada do Solar, na cor rosa, e entorno, 1999.

Solar do Barão / Museu Histórico e Cultural de Jundiáí.

A arquitetura das casas muito revela sobre os modos de vida e sobre os padrões de mentalidade de seus habitantes. Assim, no caso do Solar, a ausência de jardins frontais e a presença de grandes quintais, bem como as alcovas, podem ser indicativos reveladores do predomínio da reclusão doméstica sobre a vida pública, especialmente no que diz respeito ao cotidiano das mulheres numa sociedade ainda marcadamente patriarcal.



Jardins do Solar, 1999.

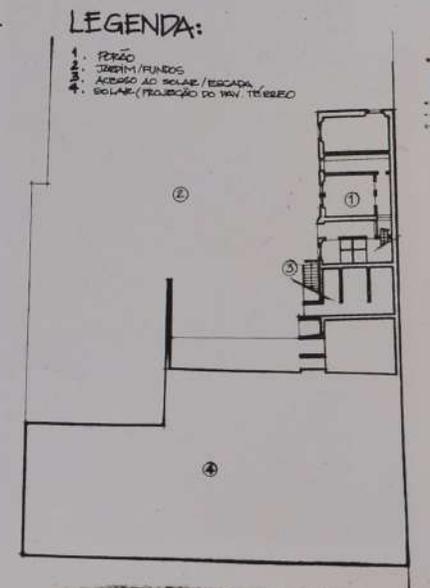


Plantas do Solar, 1999.



SOLAR DO BARÃO.
FACHADA BARRA A BARRA BARÃO DE JUNDIAÍ / ESC: 1/200

Desenho da fachada do Solar, 1999.



Solar do Barão / Museu Histórico e Cultural de Jundiá

As paredes externas do Solar foram construídas em “taipa de pilão”, técnica construtiva na qual o barro é socado em camadas a partir da utilização de uma fôrma de madeira. Essas paredes externas possuem cerca de 70 cm de espessura. Nas paredes internas, utilizou-se a técnica da “taipa de mão”, também conhecida como “pau-a-pique”, na qual o barro é jogado em camadas numa armação feita de madeira ou bambu. Além das técnicas construtivas utilizadas, os motivos de decoração das paredes também contribuem muito para a compreensão desses antigos padrões de moradia indicando, por exemplo, salas de estar e de jantar.



Parede externa de taipa do pilão do Solar, 1999.



Detalhe da parede da sala de jantar do Solar, 1999.



Detalhes da sala de estar e do interior do Solar, 1999.

Solar do Barão / Museu Histórico e Cultural de Jundiáí

O Solar, bem como outras moradias da elite cafeeira do século passado, possui porões que, em geral, foram usados como moradias dos escravos urbanos. As condições físicas desses porões - marcadamente insalubres, com alturas insuficientes, ausência de ventilação e de divisões internas - são evidências do confinamento e da exploração aos quais estavam submetidos aqueles trabalhadores, vigiados e à disposição constante de seus patrões. Contudo, é necessário reconhecer também que, apesar destas precárias condições, os porões eram espaços de sociabilidade dos próprios escravos que procuravam brechas para uma vida mais autônoma mesmo diante da condição do cativo.



Detalhes dos porões do Solar do Barão, 1999.

AH
MABS



Estação Ferroviária / Companhia Paulista de Estradas de Ferro

Em 1867 era inaugurada a primeira ferrovia de Jundiaí, a São Paulo Railway Company, depois transformada em Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Era ela que assegurava o transporte do café produzido no interior do Estado de São Paulo até o porto de Santos, de onde era exportado para Europa e Estados Unidos, principalmente. Em 1872, era inaugurada a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, fazendo o trajeto Jundiaí-interior.



Estação Inglesa, ponto final da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, sem data.



Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Ao fundo, o centro da cidade. Provavelmente entre 1947 e 1949.

Estação Ferroviária / Companhia Paulista de Estradas de Ferro

O entroncamento das linhas férreas marca um período de progresso material promovido pela expansão da lavoura e dos negócios de exportação do café. Apesar de totalmente paulista, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro era tributária da São Paulo Railway, tendo sido construída com tecnologia e maquinaria inglesas.



Vista parcial da cidade. Em primeiro plano, galpões e trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, anos 1950/1960.



Galpão da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, sem data.

Estação Ferroviária / Companhia Paulista de Estradas de Ferro

A ferrovia carrega, ao mesmo tempo, a memória dos produtores e negociantes de café e a dos trabalhadores, do campo e da cidade, envolvidos nesta atividade econômica. Em Jundiaí, os ferroviários foram responsáveis pela criação de grêmios recreativos, associações culturais e times de futebol que, com mudanças ao longo do tempo, ainda hoje estão presentes na cidade. O "Gabinete de Leitura" e o "Jundiahy Foot Ball Club", mais tarde "Paulista Futebol Clube", são exemplos dessas iniciativas. Foi em 1903 que funcionários da Cia. Paulista decidiram fundar um time de futebol cujo campo situava-se onde hoje está a indústria "Fleischmann". O primeiro jogo foi realizado em 24 de junho daquele ano.



Jogadores do "Jundiahy Foot Ball Club", 1903.



Campo do Jundiahy Foot Ball Club, 1903. Ao fundo, o vagão de trem da Companhia Paulista que era utilizado como vestiário pelos jogadores.

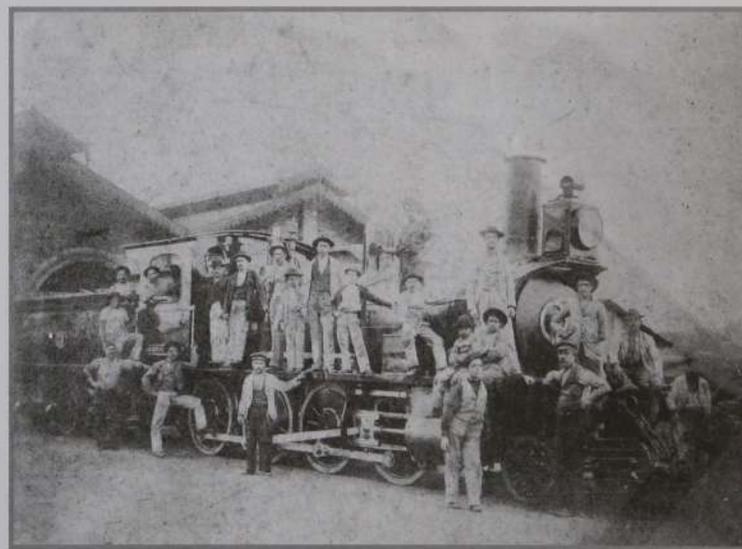
Estação Ferroviária / Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Os operários da Companhia Paulista foram também responsáveis pela organização de movimentos reivindicatórios que marcaram o cotidiano da cidade, seja pela unidade que os caracterizava, seja pela truculência da polícia em relação aos mesmos. O resgate destas múltiplas experiências sociais implica no reconhecimento dos diferentes sujeitos históricos que contribuíram para a construção da cidade.



Operários constroem a ferrovia, ainda no século XIX.

AH
MABS



Operários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, 1900.

Estação Ferroviária / Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Detalhes das antigas Estação Inglesa e
Companhia Paulista de Estradas de Ferro, 1999.





Elencamos a seguir algumas obras que permitem ao leitor interessado um aprofundamento sobre as questões e acontecimentos trabalhados neste segundo volume de *Memórias*.

ALGRANTI, Leila Mezan. "Família e vida doméstica". In FAUSTO, Boris (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, pp. 83-154 (v. 1).

Neste artigo, são analisados os padrões de moradia do Brasil durante o período colonial e nos primeiros anos do império. Através do estudo de plantas dessas habitações, móveis, objetos de cultura material e ilustrações, a autora investiga os padrões de comportamento feminino e masculino, as relações familiares e a questão dos espaços público e privado naqueles períodos.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

A partir de lembranças e depoimentos de idosos, Ecléa Bosi indica que a memória se assenta sobre espaços físicos específicos cuja dimensão social se relaciona aos eventos que neles se passaram. Assim, no esforço de seus entrevistados em organizar tanto as lembranças quanto a própria vida, a autora mostra a importância desses lugares enquanto suportes físicos da memória individual e coletiva.

CARLOS, Ana Fani. *A cidade*. 3. ed.. São Paulo: Contexto, 1997.

Neste livro - de leitura bastante acessível - a autora discute a cidade e as questões urbanas tanto do ponto de vista físico-territorial quanto no sentido dos múltiplos conflitos sociais - riqueza e pobreza, preservação e mudança, centro e periferia - que aí se desenrolam. Realiza, ainda, uma análise histórica do processo de formação das cidades desde a Antiguidade Oriental.

CORREA, Maria Elizabete Peirão et. al.. *A arquitetura escolar paulista*. São Paulo: FDE, 1991.

Rico em imagens, este livro busca trabalhar as propostas oficiais do início do período republicano sobre a educação pública e os projetos de escolas então criados e implantados no estado de São Paulo, relacionando a arquitetura às questões sociais mais prementes da república recém-criada.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Fundação UNESP, 1988.

Com registros iconográficos impressionantes, o livro de Le Goff condensa as respostas deste medievalista francês às questões levantadas por Jean Lebrun. Ao longo desta conversa, são estabelecidas relações entre as cidades medievais e as cidades modernas a partir de quatro eixos básicos: a cidade como lugar de diálogo, como lugar de cobiça, lugar de poder e lugar do orgulho.

LEME, Dulce Maria Pompeu de Camargo. *Hoje há ensaio; a greve dos ferroviários da Cia. Paulista, 1906*. Campinas, SP: IFCH/ UNICAMP, 1984. (tese de mestrado).

Como diz o título, trata-se de um estudo sobre a greve de 1906 dos ferroviários da Companhia Paulista que se expandiu por praticamente todas as oficinas, estações e trilhos da referida companhia. O movimento foi bastante intenso também em Jundiaí inclusive com conflitos diretos entre grevistas e forças policiais. Além da análise do movimento, esta tese apresenta grande riqueza de documentos históricos ainda pouco conhecidos.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. "Memória municipal, história urbana". In *Revista CEPAM*. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, out/dez 1990, pp. 29-32. (ano I, nº 4.)

O autor procura discutir as várias dimensões envolvidas na memória da cidade - artefato, campo de forças e imagens sociais - e o modo como esses registros vão sendo dotados de diferentes sentidos a partir das leituras que o presente faz sobre o passado. Discute, ainda, questões relativas à preservação da memória enquanto suporte para o trabalho historiográfico.

NOSSO SÉCULO. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

Rica em imagens e documentos, esta coleção apresenta um enorme volume de informações sobre muitos dos acontecimentos históricos citados neste segundo volume da série *Memórias*. O centenário da independência e o contexto conflituoso em que ocorreu são trabalhados no volume 4. O movimento constitucionalista de 1932 aparece no volume 5. A participação dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial é tratada no volume 6. Além desses temas mais específicos, a coleção também trabalha com questões relativas à cultura urbana e ao processo de urbanização desde o final do século XIX até a década de 1980.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1997.

O arquiteto Hugo Segawa apresenta nesta obra um panorama da arquitetura brasileira nos últimos cem anos. Além das diferentes escolas arquitetônicas trabalhadas, Segawa analisa também o trabalho específico de alguns arquitetos que se destacaram nesse período a partir do contexto social em que estavam inseridos, relacionando assim o autor, sua obra e a história por ele vivida e presenciada.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

Nicolau Sevcenko procura investigar nesta obra o comportamento das pessoas diante de um rápido processo de urbanização e modernização das cidades, especialmente de São Paulo. Através de estudos sobre teatro, cinema e futebol, entre outros, ele mostra o impacto que essas "novidades" provocaram nas primeiras décadas do século XX. Daí resulta o trocadilho do título da obra: ao escrever "extático" com "x", o autor indica uma reação que era, ao mesmo tempo, de imobilismo - no sentido da dificuldade de compreensão de tão rápidas mudanças - e de êxtase diante da, ainda na visão do autor, magnitude daqueles acontecimentos.



Secretaria Municipal de
Planejamento e Meio Ambiente



Cidade do Novo Século